

Separando o joio... do petismo moderado do trigo... da turma radical: o substantivo em dimensão discursiva

(Separating the chaff ... from the moderate “petismo” of the wheat ...
from the radical team: the noun in discursive dimension)

Patricia Ferreira Neves Ribeiro

Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense (UFF)

patleitura@gmail.com

Abstract: In the framework of a discursive-enunciative approach, this paper aims to examine the noun according to its argumentative role. By developing the survey, we selected, under the media domain, texts affiliated to the genre article signed and published, in the last decade, by *Jornal do Brasil*. In methodological terms, we examine under the perspective of “expanded” and “restricted” Enunciation Linguistics (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980), the use of the noun in a common linguistic procedure of media discourse: the re-enunciation of popular sayings. In order to investigate the argumentative role of the noun and the image, thereafter, elaborated by the argumentative subject, we assume the theoretical framework of the Discourse Analysis proposed by Patrick Charaudeau, asemilinguisticsview.

Keywords: noun; recreation of popular sayings; argument.

Resumo: No âmbito de uma abordagem discursivo-enunciativa, o presente trabalho objetiva examinar o substantivo segundo seu papel argumentativo. Para a elaboração da pesquisa, selecionamos, no quadro do domínio midiático, textos filiados ao gênero textual artigo de análise assinado e publicados, na última década, pelo *Jornal do Brasil*. Em termos metodológicos, examinamos, sob a ótica da Linguística da Enunciação “ampliada” e “restrita” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980), o emprego do substantivo na confecção de um frequente procedimento linguístico do discurso midiático: a recriação de ditos populares. Com o intuito de investigar o papel argumentativo do substantivo e, em decorrência, a imagem, a partir daí, elaborada pelo sujeito argumentador, assumimos o arcabouço teórico da análise do discurso de orientação semi-linguística de Patrick Charaudeau no âmbito do contrato midiático.

Palavras-chave: substantivo; recriação de ditos populares; argumentação.

Considerações iniciais

No espaço escolar, as aulas de língua portuguesa, em geral, vêm focalizando, há tempos, as categorias linguísticas independentemente da necessária articulação reflexiva entre gramática e discurso. O estudo da língua tem sido feito a despeito das operações discursivo-enunciativas que suas categorias estabelecem nos textos submetidos a análises. Isso porque a língua e seus aspectos têm sido tratados ora como pretextos para a prescrição gramatical ora como “meros recortes de autossuficiência” (MARCUSCHI, 2008, p. 57). Desse modo, os efeitos de sentido oriundos dos lugares enunciativos e dos pontos de vista suscitados pelas categorias gramaticais não vêm sendo, em geral, incorporados ao ensino cujo foco limita-se ao estudo do código e do enunciado.

Como categoria linguística, o substantivo, em particular, – abordado com base na Tradição Gramatical – tem sido analisado, quase que exclusivamente, em seu papel de

designador, como um nome estritamente neutro, além de ser enfocado também segundo seu papel morfossintático. Diferentes livros didáticos referem-se assim ao substantivo:

Minha **terra** tem **palmeiras**/Onde canta o sabiá. Observe que o substantivo pode: sintaticamente – exercer a função de sujeito (terra); morfologicamente – admitir flexão de gênero, número e grau (palmeiras, sabiás); semanticamente – nomear os seres e as coisas (sabiá, terra). (MAIA, 2005, p. 225)

Tomemos as seguintes palavras: meninos, Carlos, esperança. Você deve ter observado que elas admitem flexões e dão nomes aos seres em geral (coisas, pessoas, animais, ações, estados e qualidades). São, portanto, substantivos. **Substantivo** é a palavra variável em gênero, número e grau que dá nome aos seres em geral. (ERNANI; NICOLA, 2003, p. 113)

Essas definições servem para mostrar que o trabalho com a língua e, em especial, com os substantivos faz-se excluindo o contexto comunicativo. Os termos são tomados como unidades isoladas, uma vez que o interesse central parece ser o de tratar apenas os fenômenos sistêmicos da língua. Tais conhecimentos são importantes; o problema, entretanto, é considerar que o estudo do substantivo em uso resume-se a isso.

Por vezes, é até visto como qualificador, isto é, como um adjetivo, sendo estudado em sua função predicativa ou adnominal, conforme exemplos seguintes: “Vários poetas brasileiros atuais são **criaturas** de Carlos Drummond de Andrade” (MAIA, 2005, p. 232) e “Realizaram um trabalho de **mestre**” (ERNANI; NICOLA, 2003, p. 116).

No âmbito de uma abordagem discursivo-enunciativa, este trabalho, entretanto, objetiva examinar o substantivo, a despeito das funções predicativas e adnominais previstas por livros didáticos, segundo seu papel argumentativo. O substantivo é focalizado neste trabalho como uma marca de enunciação. Nesse sentido, assumimos examinar o funcionamento e a definição da categoria gramatical *substantivo* pela ótica do discurso e da enunciação.

Para proceder a tal exame servimo-nos do arcabouço teórico da análise do discurso de orientação semiolinguística de Patrick Charaudeau. Neste estudo, discute-se o significado textual-discursivo do substantivo, com base em Charaudeau (2008) em consonância com a identidade do sujeito comunicante/enunciador e sua atuação sobre o sujeito interpretante/destinatário. Essa problematização estabelece-se no âmbito do contrato de comunicação midiática e da funcionalidade do programa argumentativo instaurado pelo discurso estudado.

Para a elaboração da pesquisa, investigamos diferentes substantivos empregados na confecção de um frequente procedimento linguístico do discurso midiático: a recriação de ditos populares, em textos filiados ao gênero textual artigo de análise assinado e publicados pelo *Jornal do Brasil*. Mais especificamente selecionamos três artigos de análise assinados pelo repórter político Villas-Bôas Corrêa, a saber: “Aliado na contramão”, de 05/08/1998, “O beco”, de 17/05/2006 e “Encrencas da herança bendita” (21/03/07).

Os três textos avaliam a política petista, ora relativamente à campanha presidencial, ora ao primeiro e ao segundo mandatos do presidente Lula.

O critério para a escolha desse *corpus* deve-se a uma dupla motivação. Em primeiro lugar, acreditamos que trabalhar com a linguagem jornalística é uma forma de nos

aproximarmos com mais verdade da linguagem cotidiana. Em segundo lugar, consideramos que analisar os textos de um articulista como Villas-Bôas Corrêa – assumidamente “imparcial” – enquanto sujeito real, conforme a seguinte declaração:

Na minha seara é nítida a linha que separa o militante do jornalista. A minha geração, a de Castellinho, e de Heráclio Salles, conquistou o seu espaço nos jornais abrindo a vereda da imparcialidade, com o reconhecimento dos diretores e editores da diferença entre **a linha opinativa dos editoriais** e o noticiário objetivo dos fatos e **a sua análise isenta, imparcial**. E não posso, não devo, não quero mudar. (VILLAS-BÔAS CORRÊA, 2002, p. 6),

é oportunidade de desvelar que, mesmo pelo emprego do substantivo, considerando neutro pelos preceitos da tradição, o sujeito enunciador é capaz de ser revelado pela imagem de si projetada e pelas opiniões afirmadas.

Assim, em termos metodológicos, examinamos, sob a ótica da Linguística da Enunciação “ampliada” – aquela que se detém sobre as circunstâncias espaço-temporais e condições gerais de produção/recepção das mensagens – e “restrita” – a que diz respeito às opções discursivas assumidas pelo enunciador (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980) – o emprego do substantivo na recriação de ditos populares.

Nesse caso, o substantivo pode ora servir à construção de uma recriação parafrástica, ora se prestar à elaboração de uma recriação paródica. No primeiro caso, o da recriação parafrástica, segue-se a orientação argumentativa da versão original; no segundo, o da recriação paródica, há uma reorientação da versão original, isto é, “uma descaracterização de um dizer convencional e, sobretudo, uma reformulação de um enunciado já estabilizado socialmente” (LYSARDO-DIAS, 2001, p. 198). Assim, o substantivo, ora propulsor de uma recriação por paráfrase, ora por paródia, pode assumir papel marcante no jogo entre uma visão normativa e uma visão própria do sujeito argumentador.

Na transição de nomeador a qualificador das categorias que o acompanham, o substantivo poderá mostrar-se como um nome altamente provocador da argumentação e revelador das manobras de um sujeito enunciador. Assim, reafirmamos nosso propósito de investigar o papel argumentativo do substantivo e a imagem, a partir de seu emprego, projetada pelo sujeito argumentador no interior do discurso jornalístico.

Análise dos dados

Nesta pesquisa, analisamos três ditos populares recriados, a saber: “separando o joio do petismo moderado do trigo da turma radical”, “os parlamentares entregam os dedos rapaces do pejo para garantir os anéis das vantagens, mordomias e das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público” e “e escorregue na casca de banana da fatuidade”.

A primeira recriação foi extraída de artigo que discute as fragilidades do Partido dos Trabalhadores (PT) durante a campanha presidencial e suas consequências para as eleições de 1998. Como o próprio título do artigo sugere, “Aliado na contramão”, o jornalista parte do pronunciamento público de condenação ao novo modelo da campanha “petista” feito pelo gogó de Gilmar Mauro, representante à época do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O trecho a seguir é um fragmento do artigo em tela, “Aliado na contramão”:

Gilmar sabe o que diz e por que fala. Trata-se de dirigente tarimbado, com todas as manhas aprendidas nas tarefas de proselitismo. Dosa as palavras para pingar as gotas certas da advertência, no tom de quem avisa, amigo é. “Nós não brigamos com o PT. Brigamos com o PT light” — notifica o discordante, **separando o joio do petista moderado do trigo da turma radical**. (VILLAS-BÔAS CORRÊA, 1998, p. 6)

A segunda recriação insere-se em artigo que tematiza a falência múltipla dos três poderes. De modo específico, aborda a crise moral, ética e de decência que atinge o Poder Legislativo. O trecho transcrito abaixo é um fragmento do artigo sob análise, “O beco”:

Não pode haver dúvida. A manobra sustentada pelo consenso da maioria que enterrou na imundície todas as denúncias apuradas de bandalheiras repulsivas confirma que **os parlamentares entregam os dedos rapaces do pejo para garantir os anéis das vantagens, mordomias e das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público**. E essa gente não vai criar caso com as quadrilhas organizadas de bandidos que superlotam as penitenciárias e cadeias. (VILLAS-BÔAS CORRÊA, 2006, p. 7)

A terceira recriação aborda problemas relativos ao segundo mandato do governo Lula e sua contraditória vaidade frente aos entraves expostos. O trecho a seguir é um fragmento do artigo em questão, “Encrencas da herança bendita”:

Lula não imaginou o tamanho da enrascada em que se meteu ao entrar no túnel sem fim das mais azaradas confusões. **A jactância não é boa conselheira**. Entende-se que o líder sindical ao alcançar a Presidência da República na quarta tentativa não consiga fingir a modéstia que nunca foi das suas virtudes **e escorregue na casca de banana da fatuidade**. (VILLAS-BÔAS CORRÊA, 2007, p. 7)

A partir de tais recriações, dentro de uma perspectiva enunciativa, queremos examinar o papel decisivo que o substantivo tem na interação, descolado de seu limitado papel nomeador. Assim, vamos considerar a atuação do substantivo no texto e por trás dele, capturando seu papel argumentativo e, em decorrência, a imagem, a partir daí, elaborada pelo sujeito argumentador.

Primeiramente, evidenciamos, ao lado da dominante, estável, transparente e objetiva linguagem referencial jornalística – em que o enunciador recorre a diversos meios para apagar-se – o recurso altamente expressivo da paródia proverbial, sinalizador de direções subjetivas e revestido de parcialidade.

Esse recurso, todavia, encena certa transparência e objetividade pelo resgate ao já-dito (formas cristalizadas). Ao fim e ao cabo, entretanto, o sujeito enunciador, contando com a adesão do interlocutor para a instauração do re-dito (formas recriadas), acaba subvertendo o ritual da neutralidade.

O primeiro exemplo, extraído do artigo “Aliado na contramão” (05/08/98), é caso ilustrativo desse jogo de obscuridade/subjetividade e transparência/objetividade que o enunciador, frequentemente, estabelece em seus textos, a saber: construção-fonte – Separando o joio do trigo – e construção-derivada – separando o joio **do petismo moderado do trigo da turma radical**.

Subjacente à recriação acima destacada, há uma expressão proverbial bastante conhecida, principalmente se remetermos ao fundo religioso que a sustenta. O dito popular

“Separar o joio do trigo” refere-se à conhecida parábola do semeador, que prega que o trigo está para o bem e o joio, para o mal.

A expressão reinventada, por sua vez, desloca-se (paródia) do eixo bíblico para o político, conservando (paráfrase), contudo, a mesma analogia. Defendendo a tese de que o representante do MST, Gilmar Mauro, sabe o que diz e por que fala, relativamente aos desmandos da campanha do PT de 1998, o enunciador acrescenta que o líder dos sem-terra está criticando “o petismo moderado” e salvando a face “da turma radical”.

Em função dos acréscimos efetuados ao dizer tradicional, os substantivos concretos “joio” e “trigo”, classificados pela tradição como elementos nomeadores, passam a qualificadores, subsistindo assim justamente em relação aos referentes aos quais se destinam: “petismo moderado” e “turma radical”.

O substantivo – tomando por base o conceito da tradição gramatical – é considerado um elemento lexical neutro, imparcial e limitado ao seu papel nomeador. Ocorre que, explorando o substantivo não na sua exclusiva potencialidade, mas na possível relação com outros termos, ele poderá gerar significações que estão além do que está visualmente escrito.

Pensando sobre isso, Bárbara (1996) afirma que, em uso, o substantivo não se restringe ao papel funcional de nomeador de seres em geral. Ao contrário, mostra que toda palavra pode dar margem a conclusões em dimensão discursiva.

Essa função mais ampla do substantivo, isto é, esse papel no texto e por trás dele é considerado nesta pesquisa. Esse procedimento reforça a premissa de que, relativamente ao sujeito enunciador, as línguas não são meras representações dos objetos; ao contrário, prestam-se a acusar a presença do enunciador e, em última instância, sua opinião sobre o “petismo moderado”.

No artigo sob análise, combinam-se expressões de traço /humano/, como “petismo moderado” e “turma radical”, a substantivos, “joio” e “trigo”, pertencentes ao campo semântico do não humano. Isso confere aos sintagmas “petismo moderado” e “turma radical” as qualidades próprias ao “joio” e ao “trigo”. No primeiro caso, o traço humano reveste-se de um caráter daninho, negativo; já o segundo caso associa-se ao caráter vital e positivo do cereal. Às expressões “petismo moderado” e “turma radical” associam-se os sentidos concretos do “nocivo” e do “vantajoso”, dados pelo “joio” e pelo “trigo”, respectivamente.

Sabemos que a expressão “petismo moderado” contrai o efeito de sentido de “nocivo” não só pela linearidade do dito, mas, sobretudo, pelas relações extratextuais que os sujeitos interpretantes fazem entre a construção primitiva – o dito original – e a derivada – o dito renunciado. As conclusões advêm daquilo que está além do que se apresenta visualmente escrito; decorrem, portanto, do fio discursivo.

Caso semelhante ocorre no interior de outra recriação proverbial, destacada do artigo “Encrencas da herança bendita” (VILLAS-BÔAS CORRÊA, 2007, p. 7). Como veremos, a construção-derivada exposta a seguir exemplifica esse lugar entre o impessoal e o pessoal em que o enunciador se situa. Para melhor apreciação, segue o contraste entre a versão canônica e a inovadora: “Colocar cascas de banana” e “e escorregue na casca de banana **da fatuidade**”.

É inegável que a versão recriada está calcada no que o uso convencional – “colocar cascas de banana” – legitimou. O articulista estrutura o inédito enunciado a partir da ideia sinalizada pela construção-fonte. “Colocar cascas de banana” no caminho dos outros é impor dificuldades ou embaraços capazes de acarretar prejuízos aos rivais.

A supracitada recriação insere-se em artigo que discute os “erros grosseiros e a incompetência” do presidente Lula, no início de seu segundo mandato, frente a reformas “de mentirinha” – da ministerial à política. A despeito dessa constatação, contudo, o então presidente anuncia ultrapassar, nesse novo momento, os recordes obtidos em sua gestão inaugural, esquivando-se, inclusive, de fazer comparações entre o desempenho de seu governo e o de seu antecessor.

A recriação em tela é feita exatamente a propósito desse anúncio. Entende o articulista que, ao não conseguir disfarçar sua modéstia, Lula acabe se prejudicando, embaraçado na teia de sua *vaidade*, ou seja, na “casca de banana da fatuidade”. Desse modo, o valor atemporal e geral, próprio do dito popular, dá lugar a um sentido que a atualidade e a particularidade do fato abordado exigem.

O acréscimo da expressão “da fatuidade” ao segmento tradicional “casca de banana” faz o substantivo concreto “casca”, modificado pela locução adjetiva “de banana”, passar de elemento nomeador a qualificador, relativamente ao referente ao qual se liga: “fatuidade”.

Também, da combinação entre “casca de banana” e “fatuidade”, dá-se a transferência do traço não-humano do primeiro para o segundo, dotado, inicialmente, de traço oposto. Assim é que “fatuidade” passa a adquirir aspectos peculiares do produto ao qual se soma. Ao termo “fatuidade” associa-se o sentido concreto de desequilíbrio provocado pela “casca da banana”.

Na sequência, analisamos outra recriação proverbial em que há, igualmente, uma construção linguística ilustrativa da instauração desse viés simultâneo do objetivo, imparcial e do subjetivo, parcial. Extraímos o caso seguinte do artigo “O beco”, de 17/05/06, a saber: construção-fonte – Vão-se os anéis, ficam os dedos – e construção-derivada – os parlamentares entregam os dedos rapaces do pejo para garantir os anéis **das vantagens, mordomias e das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público**.

Nesse texto, a partir do episódio relativo à ocupação de São Paulo pelo crime organizado, o articulista comenta, de modo amplo, sobre “a falência múltipla dos três poderes”. De modo específico, para abordar “a crise moral, ética, de decência e dignidade” que atinge o Legislativo, o enunciador se serve do então provérbio “reformulado”. No intuito de confirmar que a maioria do Congresso trabalhou para esconder as denúncias expurgadas dos escândalos do mensalão, do caixa dois, das ambulâncias superfaturadas, o sujeito discursivo argumenta que os parlamentares entregaram “os dedos rapaces do pejo para garantir os anéis das vantagens, mordomias e das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público”.

Fica evidente que o objeto da citada recriação paródica é o provérbio “Vão-se os anéis, ficam os dedos”. Usado com a acepção de que mais vale uma perda material, de algo supérfluo, do que um prejuízo que afete a integridade física e/ou moral, o rifão em tela tem seu sentido alterado por interferência do enunciador. A fim de atestar a “podrigueira” do Congresso, o articulista mostra que os parlamentares, à custa programada da decência ética — “entregam os dedos rapaces do pejo” –, sucumbem às tentações materiais: “para

garantir os anéis das vantagens, mordomias e das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público”.

Essa inversão de sentido operada no provérbio convencional é gatilho da parodiização estabelecida no artigo, da qual emerge a parcialidade. Ao analisarmos, entretanto, a estratégia de retextualização empregada para a subversão do dito consensual, verificamos que ela, a exemplo do que ocorre nos casos precedentes, se presta a “implicitar” essa tal predisposição à subjetividade.

Por meio do mecanismo do acréscimo, há a junção das expressões “das vantagens”, “mordomias” e “das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público” ao termo convencional “anéis”. Assim, nesse caso também, o substantivo concreto “anéis”, de termo nomeador, passa a qualificador dos segmentos que o acompanham: “das vantagens”, “mordomias” e “das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público”.

O substantivo “anéis” é um qualificador de “vantagens” e de “mordomias”, embora não atue sintaticamente como um predicativo ou como um adjunto adnominal. Como caracterizador, atribui a “vantagens” e “mordomias” o efeito de sentido de “tesouro aparente”. E isso se dá, novamente, não pelo que se apresenta na linearidade do dito, mas pelo que se apreende no plano discursivo, da relação extratextual relativa à construção derivada e àquela resgatada da memória, a construção primitiva.

Novamente, os termos pospostos aos da tradição angariam traços que lhe são peculiares. Desse modo é que o sentido de coisa material supérflua transfere-se, fortemente, para as referidas “vantagens, mordomias etc.”, demarcando qual o propósito do enunciador com esse modo de recriação proverbial.

Considerações finais

Em relação aos artigos examinados, interessa-nos ressaltar que todas as constatações feitas acerca dos ditos recriados não advêm de uma afirmação dada diretamente pelo enunciador. Ao contrário, não explicitando sua apreciação sobre “o petismo moderado” e “a turma radical”, como também sobre “a fatuidade de Lula” e “as vantagens e mordomias parlamentares etc.”, deixa tal opinião embutida na interpretação que o coenunciador faz acerca dos vocábulos empregados.

Nos trechos analisados, o enunciador marca, implicitamente, seu julgamento sobre “o petismo moderado”, “a turma radical”, “a vaidade do presidente Lula”, e “as tais vantagens, mordomias etc.”, ao associá-los, respectivamente, aos substantivos concretos “joio”, “trigo”, “casca (de banana)” e “anéis”. Não emprega, por exemplo, adjetivos para instaurar sua apreciação, mas símbolos cujas relações podem ser verificáveis na realidade.

Dessa forma, o enunciador acaba disfarçando a subjetividade não só por apelo ao uso polifônico do substantivo, mas também por uma qualificação dada por “substantivização”. Os termos sob análise – “joio”, “trigo”, “casca (de banana)” e “anéis” – permitem a retomada da voz consensual, por serem alçados à categoria de substantivos-símbolo. Como símbolos, consistem em uma modalidade da metonímia que obriga o enunciatário a ler o abstrato pelo concreto. No fio da recriação, essas imagens concretas “joio”, “trigo”, “casca (de banana)” e “anéis” passam a simbolizar os termos a que se ligam. Nesse processo, investem “o petismo moderado”, “a turma radical”, “a fatuidade de Lula” e “as vantagens

e mordomias parlamentares etc.” das características que são próprias aos respectivos símbolos.

Tais substantivos mostram-se, assim, como provocadores da argumentação. Não se comportam como elementos neutros à espera de um determinante que lhes possa gerar argumentos. Apresentam-se, assim, passíveis de discursividade, ainda que de modo implícito, o que também configura uma forte estratégia argumentativa.

Portanto, o apelo à voz consensual e também seu uso metonímico pelo emprego de substantivos conferem ao tecido argumentativo uma aparência de objetividade, e ao enunciador, uma aparente estratégica imparcialidade. Por meio desses usos, o sujeito discursivo reafirma a posição de que a objetividade é valioso artifício para a manutenção da credibilidade, destacadamente em artigos de análise assinados, embora reconheçamos, entretanto, que esse mesmo sujeito não escape à construção de um discurso dotado de marcas de parcialidade.

Diante dessa oscilação permanente apreendida entre o imparcial e o parcial fica demonstrado que o enunciador está legitimando e respeitando (ainda que de modo não totalmente voluntário) as condições que o contrato de comunicação midiática lhe impõe. Marcado, em seu fundamento, pela contradição, o contrato de informação situa-se entre as duas finalidades, a de “fazer saber” e a de “fazer sentir”.

No que concerne ao primeiro objetivo, vale dizer que, conscientemente, Villas-Bôas Corrêa produz, em seu texto, efeitos de credibilidade a fim de respeitar o princípio de seriedade, de “grau zero de espetacularização da informação” (CHARAUDEAU, 2006, p. 92), imposto ao texto jornalístico. Ao mesmo tempo, de maneira involuntária, Villas-Bôas Corrêa cria em seus artigos efeitos de dramatização com vistas a obedecer ao princípio da emoção, também exigido pelo contrato de informação midiática.

As duas referidas restrições, a da credibilidade e a da dramatização, impostas ao contrato estabelecido entre o comentador e o leitor, correspondem às duas posições, ou imagens – a de distanciamento e a de engajamento – que, de modo comprovado, o enunciador Villas-Bôas Corrêa adota para si.

Interessa notar que, estando essa dupla finalidade inscrita no contrato de informação, Villas-Bôas Corrêa já estaria fadado mesmo a construir para si uma dupla imagem: da isenção e da parcialidade, embora, evidentemente, sendo esta última menos ou não admitida pelo jornalista, em virtude da “pregnância do imaginário da credibilidade” (CHARAUDEAU, 2006, p. 234). De qualquer forma, ele o deveria mesmo admitir porque todos os parceiros do ato de informação midiática são obrigados a reconhecer a exigência da dramatização, mesmo implicitamente.

Os resultados alcançados revelam que, não podendo mesmo ser a citada exigência tão explicitada como a da credibilidade, o enunciador trata de insinuá-la a partir do mecanismo da “substantivização” empregada na recriação proverbial e analisado no presente artigo.

Reafirmamos, assim, à luz das considerações acerca do contrato da informação, a constituição de um sujeito Villas-Bôas Corrêa nem totalmente autônomo nem completamente assujeitado em relação aos seus discursos e seus sentidos. Move-se, na verdade, entre a autonomia em relação ao convencionalmente partilhado e o assujeitamento ao discurso do outro. Ambos os movimentos coadunam-se ao jogo proposto pelo contrato comunicativo das mídias: navegar entre o polo da dramatização/captação e o da credibilidade.

E, na presente pesquisa, este jogo foi desvelado pelo exame do papel decisivo do substantivo em dimensão discursiva – no quadro da interação argumentativa – deslocado de sua exclusiva função designadora.

REFERÊNCIAS

BÁRBARA, L. Um certo recurso malicioso da mídia no uso do substantivo. In: SANTOS, L. W. dos (Org.). *Discurso, coesão, argumentação*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996. p. 96-110.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

_____. Identité sociale et identité discursive, le fondement de la compétence communicationnelle. *Revista Gragoatá*, Niterói, v. 17, p. 339-354, 1996.

_____. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006a. 328 p.

_____. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006b. 285 p.

_____. *Linguagem e Discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008. 256p.

ERNANI, T.; NICOLA, J. de. *Gramática, literatura e produção de textos para o ensino médio: curso completo*. São Paulo: Scipione, 2004. 463p.

GRÉSILLON, A.; MAINGUENEAU, D. Polyphonie, proverbe et détournement. *Langages*, Paris, n. 73, p. 112-125, mar. 1984.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.

LYSARDO-DIAS, D. *Provérbios que são notícia: uma análise discursiva*. 2001. 276 fl. Tese (Doutorado em Letras. Área de Concentração: Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Dicionário brasileiro de provérbios, locuções e ditos curiosos*. Rio de Janeiro: Documentário, 1974. 330p.

MAIA, J. D. *Português*. São Paulo: Ática, 2005. 496p.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008. 295p.

VILLAS-BÔAS CORRÊA, L. A. C. Aliado na contramão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 ago. 1998. [Primeiro Caderno, p. 6].

_____. Compromisso com a isenção. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 nov. 2002. [Primeiro Caderno, p. 6].

_____. O beco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 maio 2006. [Primeiro Caderno, p. 7].

_____. Encrencas da herança bendita. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 mar. 2007. [Primeiro Caderno, p. 7].